

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO E A PARTICIPAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES EM UBERABA E UBERLÂNDIA (MG)

Beatriz Silva da Costa¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha²

Resumo: As manifestações são ações de luta e resistência organizadas pelos movimentos socioterritoriais que lutam por direitos e melhores condições de vida no campo, e constituem parte da latente questão agrária brasileira. A maioria das manifestações ocorrem nas cidades, sobretudo em grandes centros urbanos e capitais, e objetivam denunciar, ao tornar público, as mazelas e problemas sociais, espacializando as lutas do campo nas cidades. A presente pesquisa, fruto de uma Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, discute as manifestações realizadas pelos movimentos nos centros urbanos, consideradas ações de luta na terra que visam criar e fortalecer territórios camponeses. Foram compreendidas as manifestações ocorridas nos municípios de Uberaba e Uberlândia (MG) no período de 2000-2018, as reivindicações e os movimentos mais atuantes. O MLST e MST são os movimentos que mais realizaram manifestações, cujas reivindicações tem como demanda central a terra, políticas agrícolas, questões trabalhistas, direitos humanos, acesso a créditos e contra injustiça/violência.

Palavras-chave: Manifestações do campo. Movimentos socioterritoriais. Luta pela terra. Uberaba. Uberlândia.

A questão agrária brasileira: apresentando os movimentos socioterritoriais e as manifestações como expressões da luta pela terra

O presente trabalho busca compreender as manifestações do campo realizadas pelos movimentos socioterritoriais nas cidades. Assim, nesse ensaio, são analisadas as manifestações

¹ Discente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Departamento de Geografia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários – NaTERRA. Uberaba (MG), Brasil. E-mail: bia.scosta2@gmail.com

² Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Departamento de Geografia. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários – NaTERRA. Uberaba (MG), Brasil. E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br



ocorridas nos municípios de Uberaba e Uberlândia (MG) no período de 2000-2018. Damos ênfase a ação dos movimentos socioterritoriais mais atuantes na região e as suas reivindicações.

Para adentrar essa reflexão, é importante apresentar alguns elementos teóricos que sustentam nossa análise, sendo a questão agrária o pressuposto central. Sobre a questão agrária brasileira, entendemos que, por se tratar de uma problemática territorial ela é, também, uma problemática social e econômica, caracterizada pelo alto grau de concentração da propriedade nas mãos de poucos. A estrutura fundiária, que historicamente em nosso país é mal distribuída, se coloca para os geógrafos e geógrafas como uma questão territorial que extrapola e aflora outros aspectos que contribuem na produção do espaço geográfico – social, econômico, cultural, político, ambiental, etc..

Não é de hoje que esse tema é amplamente debatido. Durante o século XIX, Kautsky (1986) já discutia a questão agrária na Alemanha durante o governo social-democrata. No Brasil, a invasão colonizadora que instituiu o modelo das Sesmarias no século XVI e a Lei de Terras no século XIX, evidenciam como a questão agrária foi sendo forjada sob o signo da concentração da propriedade rural. Esse cenário influenciou a construção de um projeto nacional edificado com base no latifúndio e, posteriormente, no agronegócio, concentrando, desde cedo, a terra, o poder e os direitos.

Sobre a questão agrária, Prado Jr. (1987, p.125) afirma a necessidade de “(...) fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é o caso presente, simplesmente um negócio de pequena minoria”. O mesmo ainda afirma também que os dois setores essenciais da agropecuária brasileira são caracterizados por “grandes proprietários e fazendeiros de um lado; trabalhadores sem-terra, ou com insuficiente quantidade de terras, do outro”.

Sabe-se, ainda, que a questão agrária está ligada diretamente aos conflitos por terra, revelando a necessidade da reorganização da estrutura fundiária no cumprimento da sua função social. Tal questão é abordada a partir de dois processos contraditórios: a conflitualidade e o desenvolvimento rural (FERNANDES, 2008). A conflitualidade não se restringe ao momento do enfrentamento, ela é inerente ao modo de produção capitalista no campo, uma vez que o seu desenvolvimento é contraditório, cria tensões, exclusões e conflitos. O conflito não é um processo externo ao desenvolvimento. O campesinato se (re)produz através dos conflitos, (re)criando sua existência ao longo da história. Um exemplo é quando os processos de lutas são promovidos com a construção de acampamentos e ocupações de terra, as quais se transformam



em assentamentos rurais. É por isso que Fernandes (2008) afirma que tanto a conflitualidade como o desenvolvimento rural são características da contradição estrutural do capitalismo, pois o mesmo produz a concentração da riqueza, a expansão da pobreza e o desenvolvimento no campo.

À respeito, Fernandes afirma:

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. Por outro lado, as políticas mercantis não têm apresentado resultados amplos de ressocialização que possam impedir ou convencerem as famílias sem-terra a abandonarem suas ações. O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los. Por tudo isso, nas considerações finais, proponho o “empate” com espaço – diálogo em que os interessados possam debater o conflito como desenvolvimento, não criminalizar a luta, tratando-a por meio de diferentes políticas no processo da conflitualidade (FERNANDES, 2008, p. 4).

A questão agrária no país é consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo, cujo agronegócio é uma das expressões mais pujantes na contemporaneidade. Sobre tal modelo, Alentejano (2011) destaca quatro questões: a persistência da concentração e a desigualdade resultante; a internacionalização cada vez mais frequente da agricultura; as transformações na dinâmica produtiva; e a persistência da violência, exploração e devastação ambiental no campo.

Os defensores da reforma agrária afirmam a importância de sua luta, associando às causas ambientais, a soberania alimentar e a luta pela democracia. Um dos principais instrumentos de luta são as ocupações, ações que espacializam a luta pela terra no enfrentamento direto contra o capital no campo. Fernandes (2001) já as caracterizava pelo tipo de experiência, podendo ser: “espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas”. A ação de ocupar parte de uma necessidade de sobrevivência, e a partir dela, os movimentos compuseram outras diferentes formas de luta. Uma delas são as manifestações nas cidades, as quais são discutidas à seguir.

Assim, em detrimento do avanço do latifúndio e do agronegócio, milhares de famílias camponesas são desterritorializadas no Brasil, isto é, são destituídas de seus territórios,

ocasionando lutas e resistências. A partir da diferenciação de terra e território, sendo a primeira associada a um meio de produção e o segundo como lugar de vida, a luta pela terra se torna a busca por produção e direito ao trabalho, e não somente de identidade e moradia.

Os movimentos sociais, sem-terras, camponeses, indígenas e quilombolas são grupos que, historicamente, realizaram lutas e constituíram resistências em todo o território nacional. E elas foram determinantes tanto nas transformações espaciais e territoriais, quanto também na contribuição de uma construção de luta e resistência espacial e territorial (FILHO, 2016). Com a ação desses grupos é que, mais adiante, seria iniciada em uma atuação organizada da resistência camponesa. Sendo alguns deles a luta dos Povos Guaranis, o arraial de Canudos, a Guerra do Contestado, o cangaço, temos também a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, criada em 1954 durante a Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, e o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, criado no RS em 1960.

Greves, reivindicações, fundação de associações, de sindicatos, de federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura foram as principais características de resistência, e a sua constância por todo o território brasileiro são exemplos do avanço da formação camponesa da época.

Com o Golpe de 1964 a repressão violenta contra a luta dos trabalhadores se intensificou, e todo o processo de formação das organizações foram destruídos, assim como suas políticas acabaram intensificando a concentração de renda, a concentração fundiária e o êxodo rural. Mas tal ataque contra os trabalhadores fizeram com que suas lutas eclodissem, e por volta da década de 1970 a questão agrária se tornou um dos principais problemas do governo (FILHO, 2016).

E com isso foram surgindo diversos movimentos, mas principalmente, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada à uma frente progressista da Igreja Católica, desmascarava as políticas e projetos dos militares. Posteriormente, a CPT partiu para a conquista da terra, gerando a expansão das lutas. E o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), que foi criado a partir da necessidade de enfrentamento contra o latifúndio e o Estado, mas também de outros direitos básicos negados pelo desenvolvimento do capitalismo. O movimento trabalha em diversas frentes, como a reforma agrária, luta pela produção de alimentos, educação, qualidade de vida e de saúde, elementos que, de acordo com Fernandes (2001), buscam a organização de uma estrutura básica visando uma vida digna.



E assim deu-se sequência os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Principalmente os desenvolvidos pelo MST que se iniciaram com a CPT e com a Comissão Regional Sul. No entanto, era de responsabilidade dos trabalhadores a organização das lutas, e com isso foi possível a criação de uma organização autônoma.

A partir de reflexões a respeito de suas experiências foi concebida uma metodologia de luta, que Fernandes (2001) entende como uma organização que se estende desde a construção do espaço até a conquista da terra, ambos aprendidos no processo de luta pela terra. Sabemos que o movimento possui como identidade a ocupação da terra, instrumento que possibilitou a existência dos assentamentos. (FERNANDES, 2001).

A territorialização do MST seu deu por 18 estados de 1985 até 1990. Na Bahia foi instaurado um dos primeiros passos para sua organização, realizando uma ocupação na terra pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, marcando assim o início do movimento na região Nordeste. Em seguida foi a vez de Sergipe, seguido por Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Partindo daí foi a vez de Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2001).

Em meio a tais conflitos, foram sendo desenvolvidos pelo MST procedimentos para a qualificação de sua luta. Fernandes (2001, p. 3) destaca “o dimensionamento e a interação das atividades: formação política, educação, produção, administração, comunicação”. Tais camponeses podem se integrar também no movimento pelos diferentes setores compostos pelas formas de organização estabelecidas ali, como: secretaria nacional, secretarias estaduais, setor de frente de massa, setor de formação, de educação, de comunicação, de finanças, de projetos, de direitos humanos, de relações internacionais, setor de saúde, coletivo de mulheres, coletivo de cultura, sistema cooperativista dos assentados, articulação dos pesquisadores e mística.

E assim como na forma de organização das atividades do movimento, haviam instâncias que foram elaboradas a partir das ações das lutas e da reforma agrária, sendo nomeadas de diversas formas até sua configuração no início de 1990, sendo elas: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontros Estaduais, Coordenações Estaduais, Direções Estaduais, Coordenações Regionais e Coordenações de Assentamentos e Acampamentos.

Entre os anos de 1988 e 1998 os números de assentamentos e ocupações cresceram, chegando a atingir até 20% a mais do que o normal em número de ocupações, e até 50% a mais

em relação a quantidade de famílias participantes. Fernandes (2001, p. 16) relaciona tal crescimento diretamente com “a organização dos movimentos sociais, o aumento do desemprego e a política de assentamentos do governo”.

Tal movimento possui a ocupação como principal forma de luta para o acesso à terra, e a luta pela terra, como sabemos, é um dos principais elementos para o entendimento acerca da questão agrária. Sobre ela, podemos afirmar que tais ações espacializam a luta dando maior visibilidade, e no Brasil estas ações ocorrem com mais frequência em propriedades devolutas ou públicas e de latifúndios. Fernandes (2001, p. 8) já as caracterizava pelo tipo de experiência, podendo ser “espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas”. A ação de ocupar parte de uma necessidade de sobrevivência, e a partir daí o movimento organizou diferentes formas de luta, como é o caso das manifestações, discussão que será travada adiante.

Manifestações do campo: expressão da luta pela terra em Uberaba e Uberlândia (MG) para conquista e/ou manutenção do território camponês

As manifestações são concebidas como estratégias de luta e resistência organizadas por movimentos socioterritoriais que visam reivindicar condições dignas e justas para a população camponesa. A maioria das manifestações ocorrem nas cidades, sobretudo em grandes centros urbanos e capitais, e objetivam denunciar, ao tornar público, as mazelas e problemas sociais enfrentadas, espacializando as lutas do campo em ações nas cidades. Configuram-se também como uma maneira de pressionar o Estado e, ao mesmo tempo, despertar a consciência crítica na população das cidades (PEREIRA, 2015). Elas podem ser compreendidas pelas suas formas de atuação, espaços de ocorrência, movimentos socioterritoriais atuantes e reivindicações (PEREIRA, 2015).

No Brasil ocorreram, entre 2000 e 2018, 13.993 manifestações, que envolveram 7.676.644 pessoas. Dentre estes números, destaca-se um maior percentual na região Nordeste, que representa 34,4% das manifestações do Brasil. Em contrapartida, a região Norte foi a que menos manifestações realizou, somando 14,3% do total brasileiro. A ordem se repete quando observado o número de pessoas envolvidas. O Nordeste apresenta a maior representatividade, somando 36,1%, e o Norte com um menor número, 10,3% (DATALUTA, 2020).

Nos últimos anos nota-se que elas vêm conquistando um espaço maior. Sobre isso, João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, afirma que:

Agora a ocupação de terras é insuficiente para enfrentar o modelo do agronegócio. Por isso, além das ocupações, o MST deve desenvolver novas formas de luta, que envolvam todos os camponeses e outros setores da sociedade interessados em mudar esse modelo de exploração agrícola, que agride o ambiente e produz alimentos contaminados (STEDILE, 2010, p. 1).

Por serem uma maneira de tornar público o cenário de conflitos sociais, as manifestações pressionam o Estado, tornando visível a conflitualidade no campo. Buscam evidenciar circunstâncias de interesse da população, mas que geralmente são disfarçadas pelo discurso dominante. Desta forma, elas ocorrem com o objetivo de obter visibilidade, sendo realizadas, então, em lugares representativos.

Sobre as suas formas de atuação, podemos destacar no Brasil o acampamento; bloqueio de rodovia; caminhada/marcha; celebração religiosa; concentração em espaços públicos; interdições; ocupação a prédios públicos e privados; retenção de veículo; saque; temática, e por fim, vigília (PEREIRA, 2015).

Os espaços que ocorrem essas manifestações, em grande parte, concentram-se nas capitais. Elas proporcionam maior visibilidade para suas reivindicações, chamando atenção da sociedade e de órgãos do Estado, já que, geralmente, são nessas capitais que se concentram as esferas do poder, tendo como principais alvos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), potencializando o impacto de tais ações (PEREIRA, 2015). Além das grandes capitais, tais movimentos podem ocorrer também em municípios que possuem quantidade significativa de assentamentos, ocupações e acampamentos.

Referente às reivindicações, ou seja, o que se busca com as manifestações, estas são bem variadas. De acordo com Pereira (2015), além de lutarem pela terra, demandam, também, políticas ambientais, de defesa dos povos tradicionais, de respeito aos direitos humanos, contra à fome, à pobreza e questões trabalhistas. Ainda, podem se dar por políticas agrícolas, infraestrutura, educação, saúde, questões indígenas e quilombolas.

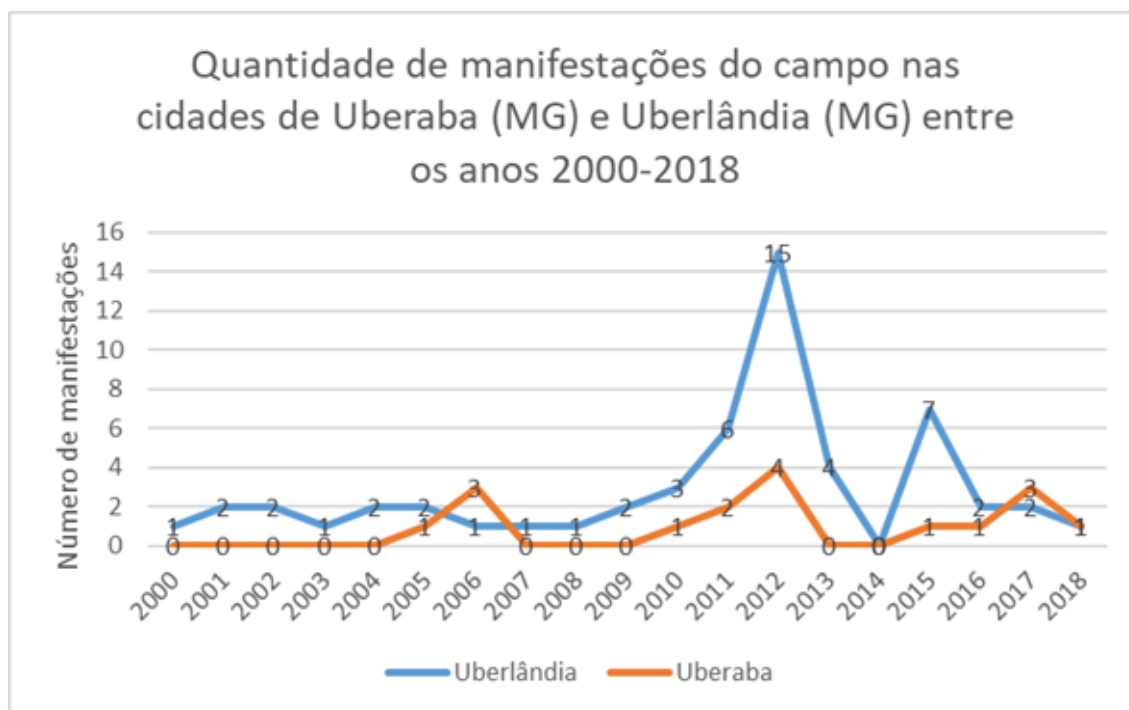
As manifestações evidenciam a permanência e o acesso à terra, com a contínua disputa por uma parcela do território. Segundo Raffestin (1993, p. 60), “o território é um espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Representam a continuidade de um processo de

(re)produção do campesinato que se inicia com a conquista do assentamento, isto é, de uma parcela do território, mas que não cessa, uma vez que a luta pela permanência é uma realidade que aflige e mobiliza esses sujeitos na realização de ações nas cidades. Por isso, compreendemos que as manifestações são expressões da luta de movimentos socioterritoriais que acontecem em espaços que emanam conflito, disputas e tensões do campesinato.

Ancorada à uma estrutura fundiária extremamente concentrada, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma das regiões do estado de Minas Gerais com os maiores índices de ações dos movimentos socioterritoriais, seja pela ocupação, manifestação ou formação de acampamentos, assim como Noroeste e Norte de Minas Gerais.

No Gráfico 1 estão representadas as manifestações ocorridas nas cidades de Uberaba e Uberlândia, totalizando 72. No município de Uberaba, entre os anos de 2000 e 2018, nota-se que foram realizadas 17 manifestações; já na cidade de Uberlândia, foram 55 atos. Em ambas, o ano que mais ocorreu atos foi 2012: em Uberaba ocorreram 4 manifestações, e em Uberlândia 15.

Gráfico 1 – Quantidade de manifestações do campo nas cidades de Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) entre 2000-2018



Fonte: DATALUTA, 2019

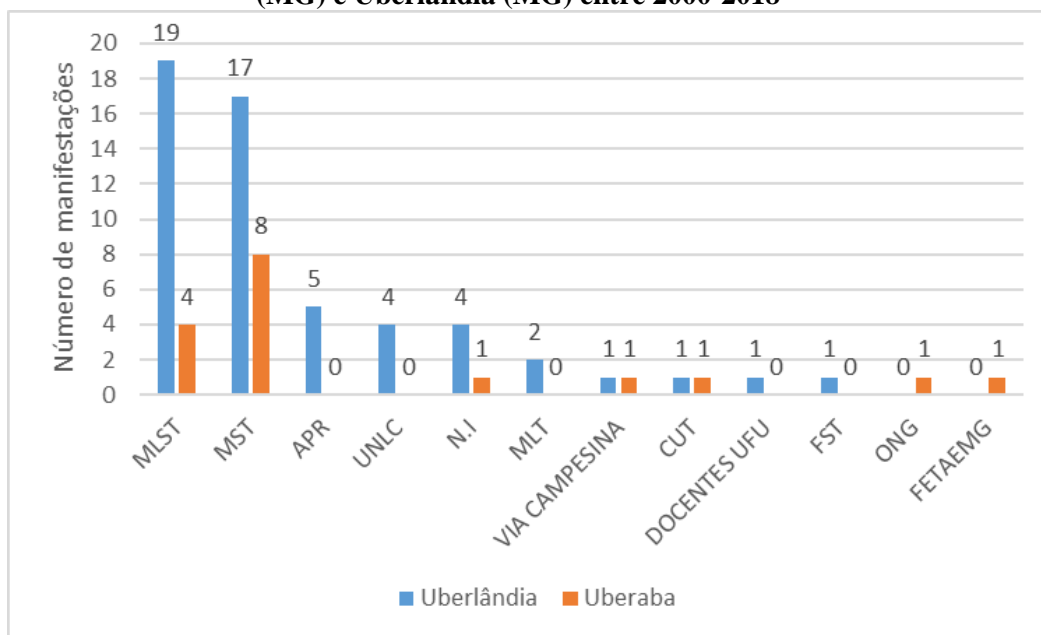
Elaborado por Beatriz Costa

Com a emancipação no final do século XIX de Uberaba, o centro urbano de Uberlândia foi se desenvolvendo, e com a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, houve uma mudança importante na dinâmica da cidade. Em 1912, com a instalação da Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal (CMAVI), Uberlândia começou a se diferenciar das demais. Nas décadas de 1940 e 1950, “o perímetro urbano de Uberlândia é expandido, assim como sua influência no comércio regional, consolidando seu mercado no Centro-Oeste brasileiro através do comércio atacadista” (PACHECO, 2015, p. 35). No início da década de 1960 foi instalada em Uberlândia a “Cidade Industrial” a fim de atrair indústrias para a região. Desta forma, na década de 1970, grandes indústrias foram instaladas na cidade, como: Companhia de Cigarros Souza Cruz, a Cargill Agrícola S.A, a Braspelco, a Rezende Alimentos, a Uberlândia Refrescos, dentre outras.

É possível identificar uma modesta expressão quanto às manifestações no município de Uberaba, consequência do processo sócio-histórico que se perpetua até hoje, cuja influência do agronegócio e do latifúndio são imperativos para a primeira (COSTA, 2021). Com a expansão da ferrovia para outros estados e municípios, Uberaba foi perdendo importância como rota comercial entre São Paulo e Mato Grosso. Mas como os fazendeiros já estabeleciam contatos comerciais com a Índia, iniciou-se o processo de importação do gado Zebu, e em pouco tempo a cidade se tornou referência em bovinocultura. A pecuária se intensificou principalmente a partir de 1906, fortalecendo-se em detrimento da atividade comercial-urbana.

Ao analisar o Gráfico 2 pode-se observar que o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) são os movimentos mais atuantes. É interessante observar que no Triângulo Mineiro, o MLST predomina na quantidade de manifestações, diferente de outras regiões de Minas Gerais, como Belo Horizonte, onde predominam o MAB, MST e CPT. Para se ter uma ideia, só em Uberlândia o MLST possui 19 manifestações, seguido pelo MST, com 17. Já no município de Uberaba, o movimento mais atuante foi o MST, com 8 manifestações, seguido pelo MLST, com 4. Isso retrata uma característica de luta mais regional por parte do MLST.

Gráfico 2 - Movimentos mais atuantes nas manifestações do campo nas cidades de Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) entre 2000-2018



Fonte: DATALUTA, 2019
Elaborado por Beatriz Costa

Como visto, o MLST possui uma expressividade em sua atuação no Triângulo Mineiro. Carvalho (2011, p. 91) afirma que “o movimento já conquistou 40 assentamentos na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e dentre eles, 14 assentamentos estão no município de Uberlândia”. Sabe-se que ambos, MST e MLST, foram os movimentos socioterritoriais “que mais atuaram na região na década de 1990 e anos 2000” (CARVALHO, 2011).

O MLST, surgiu em 1997, se diferenciando dos demais pois “já nasceu com aspiração nacional” (CARVALHO, 2011). Já o MST, “iniciou sua atuação em Minas Gerais concomitante a sua atuação na região Sul do país” onde “vieram as primeiras lideranças do MST para o Triângulo Mineiro em 1989” (CARVALHO, 2011, p. 94). Após inúmeras divergências, “apenas em 1997 o MST retornou à região e criou uma sede regional do movimento em Uberlândia”, estando ele “já consolidado na região e seu diferencial é o investimento na formação de consciência de classe. O MST já conquistou 13 assentamentos apenas no Triângulo Mineiro” (CARVALHO, 2011, p. 95).

Nem todas as manifestações envolvem somente os movimentos aqui citados. É muito comum a ocorrência de ações conjuntas entre estes movimentos, objetivando maior visibilidade, força e unidade política. Tais parcerias podem ser entre os movimentos mais



conhecidos, assim como com pequenos movimentos que ainda detêm pequena visibilidade política e articulação. Se torna fato que “a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se difere pela grande diversidade de movimentos se comparada ao restante do estado de Minas Gerais e também comparada ao cenário nacional” (CARVALHO, 2011, p. 102). Além disso, dentre os diversos movimentos atuantes, o MST e MLST possuem significativa relevância no cenário de lutas da região e se fazem fundamentais na construção e manutenção do território camponês.

No caso dos municípios em tela, também realizam ações a APR (outrora denominada CPT), a UNLC (União Nacional de Luta Camponesa), o MLT (Movimento de Luta pela Terra), a Via Campesina, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Docentes da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores), ONG's e FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Minas Gerais).

Dentre as reivindicações, a característica principal são terra, políticas agrícolas, questões trabalhistas, contra injustiça/violência, por direitos humanos e crédito. Ao observar a notícia abaixo (Figura 1), é possível observar o acampamento de sem-terra em espaço público, e que reivindicavam direitos de moradia e agilidade nos processos de assentamento das famílias camponesas.

Figura 1 – Sem-terra acampam na praça cívica

Sem-terra acampam na praça cívica

Os trabalhadores rurais reivindicam direitos de moradia e agilidade nos processos de assentamento

Fonte: Correio de Uberlândia, 2010.

Considerações finais

Este trabalho refletiu as manifestações do campo nas cidades, com ênfase para as manifestações, reivindicações e principais movimentos socioterritoriais em Uberaba e Uberlândia (MG). Uberlândia, com 55 atos, destaca-se, fato atrelado à expansão do seu centro urbano e da criação de inúmeros assentamentos rurais. Uberaba, com 17 manifestações, reflete um processo sócio-histórico em que o agronegócio e o latifúndio são muito presentes, o que fragiliza a articulação política na luta camponesa.

O MLST e MST são os movimentos que mais atuaram em manifestações, cujas reivindicações tem como demanda central a terra, políticas agrícolas, questões trabalhistas, contra injustiça/violência, por direitos humanos e acesso a créditos.

Mesmo diante da pujança do capital no campo, compreende-se que as manifestações são formas de luta que evidenciam o movimento contraditório do capitalismo no campo. Elas atualizam o debate sobre a questão agrária, sinalizando para lutas que buscam a reprodução social do campesinato por meio de ações nos centros urbanos.

Por fim, pode-se dizer que esse trabalho parte de uma visão inédita, de escala local, que versa sobre as lutas do campo em Uberaba e Uberlândia. A partir dele, foi possível apresentar uma perspectiva sobre as manifestações, forma de luta considerada importante para a criação e/ou manutenção de territórios camponeses.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 36, p. 116-142, 2011.

CARVALHO, Natália Dayrell de. **Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

CLEPS JR., J; FREITAS, R. L. de; VICTOR, F. B. Reforma agrária e ações dos movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais: 25 anos de lutas e resistências. **Boletim DATALUTA**, abril, 2013, p. 191-217.

COSTA, Beatriz Silva da. **Lutas do campo na cidade: as manifestações do campo nos municípios de Uberaba e Uberlândia (MG)**. 2021. 78 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2021.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra**. 2001.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FILHO, J. S. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina**. Presidente Prudente: [s.n.], 2016.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

PACHECO, R. A. **A influência das elites e das políticas públicas na configuração do espaço**

urbano: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG). 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

PEREIRA, Danilo Valentim. **Participação política, desenvolvimento territorial, e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012.** Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo, 2015.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária.** 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: ática, 1993.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a ocupação de terra. Disponível em: <https://mst.org.br/2010/04/07/o-mst-e-a-ocupacao-de-terras/> Acesso em: 10 nov. 2020.